

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE – CAA
NÚCLEO DE GESTÃO
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Kellyanne Christina Silva de Medeiros

**A CRISE DA ATIVIDADE ALGODOEIRA NA DÉCADA DE 1980 NO
AGRESTE DE PERNAMBUCO E SUAS REPERCUSSÕES PARA O
MUNICÍPIO DE SURUBIM.**

CARUARU

2013

**A CRISE DA ATIVIDADE ALGODOEIRA NA DÉCADA DE 1980 NO
AGRESTE DE PERNAMBUCO E SUAS REPERCUSSÕES PARA O
MUNICÍPIO DE SURUBIM.**

Kellyanne Christina Silva de Medeiros

Monografia apresentada ao Curso de Graduação de Ciências Econômicas, na Universidade Federal de Pernambuco, Campus Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA - PE), como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Márcio Miceli Maciel de Souza

CARUARU

2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Simone Xavier CRB4 - 1242

M488c Medeiros, Kellyanne Christina Silva de.
A Crise da atividade algodoeira na década de 1980 no agreste de Pernambuco e suas repercussões para o município de Surubim. / Kellyanne Christina Silva de Medeiros. - Caruaru: O Autor, 2013.
53f. ; il. ; 30 cm.

Orientador: Marcio Miceli Maciel de Sousa
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA. Economia, 2013.
Inclui referências bibliográficas

1. Algodão – Produção – Surubim-PE. 2. Agricultura familiar. 3. Renda. I. Sousa, Marcio Miceli Maciel de. (Orientador). II. Título.

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2013-117)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE – CAA
NÚCLEO DE GESTÃO
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A CRISE DA ATIVIDADE ALGODOEIRA NA DÉCADA DE 1980 NO
AGRESTE DE PERNAMBUCO E SUAS REPERCUSSÕES PARA O
MUNICÍPIO DE SURUBIM.**

Kellyanne Christina Silva de Medeiros

Monografia aprovada em 03/10/2013 para obtenção do título de graduação em ciências econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/Centro Acadêmico do Agreste- CAC, Caruaru/PE.

Banca Examinadora

Orientador: Marcio Miceli Maciel de Sousa

Profª. Convidada: Dra. Cynthia Xavier de Carvalho

Profª. Convidada: Msc. Rosa Kato

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha mãe. Maria do Carmo, mulher guerreira que sempre lutou para educar todas as suas quatro filhas. Vendo hoje sua última filha formada. Meu porto seguro que sempre me motivou a conquistar meus sonhos. “Mainha”, por todo esforço e carinho, essa conquista é por você. Obrigada, te amo!

Agradecimentos

Quero Agradecer, em primeiro lugar, à Deus, pela dádiva da vida, pela força e por iluminar meus caminhos durante toda esta longa caminhada, tornando meu sonho possível. O que seria de mim sem a fé que eu tenho nele.

Aos meus pais e minhas irmãs que sempre estiveram do meu lado me dando apoio e carinho. Em especial a “Mainha”. Maria do Carmo por todo esforço e carinho, essa conquista é por você. Obrigada, te amo!

As minhas lindas sobrinhas que ganhei no fim dessa jornada. A Júlia que quase não me deixou terminar este trabalho, entre uma fralda e um soninho, titia estudava, mais que amo de paixão.

Ao “Meu Lindo” por me apoiar por todos esses anos, me dando carinho e amor. Apesar das brigas e pelas crises de ciúmes quando eu ia pra universidade, sempre estive do meu lado. Obrigada pelo incentivo, pela força e principalmente pelo seu amor. Te amo!

Agradeço também a todos os meus mestres do curso de Ciências Econômicas, que me ajudaram a chegar ao fim dessa jornada, agregando valores a cada momento. Em especial ao professor Marcio Miceli, responsável por acreditar que este trabalho seria possível.

Depois de quase cinco anos, gostaria de agradecer a todos os amigos que conquistei nessa jornada, Jalcineide, Mirelly, Monique, Nivaldo, Mariana Souza, Mariana Melo, Danielly Correia, entre outros.

Não há como retribuir em palavras todo o carinho que todos dedicaram a mim, me ajudando a vencer todas as dificuldades e concluir este ciclo com sucesso. Essa conquista tem participação de todos vocês. Muito abrigada.

Resumo

O algodão já foi a cultura mais importante do Agreste setentrional de Pernambuco. Muitas famílias obtinham sua renda principal desta atividade, dedicando-se ainda a outras culturas de subsistência, como: feijão, milho, mandioca e criação de gado. A cultura do algodão alcançou o seu auge durante a década de 1970, quando este era conhecido como "Outro Branco". Entretanto, a partir da década de 1980, enfrentou uma crise devido à praga do Bicudo, aproximando-se da extinção. Consequentemente, famílias deixaram de cultivá-lo, abandonaram o campo e migraram para centros urbanos em busca de emprego. O objetivo deste trabalho é analisar os motivos e os impactos desta crise, bem como descrever o processo de retomada do cultivo do algodão no município de Surubim. A metodologia da presente pesquisa está dividida em duas partes. A primeira parte consiste num levantamento bibliográfico. A segunda parte consiste numa pesquisa empírica qualitativa, a partir de dados secundários coletados no IBGE e dados primários coletados através de entrevistas junto a pequenos e médios produtores, empresários e representantes de instituição pública (IPA). Os resultados apontam que a crise sofrida pela atividade trouxe um grande impacto para o setor primário desta mesorregião, cujas repercussões econômicas e sociais são detalhadas neste trabalho. Por fim, a pesquisa aponta que a retomada da geração de novos empregos e renda foi possível devido a diversas atitudes do Governo na direção de suprir as necessidades dos produtores, tais como: busca de parcerias, investimentos em pesquisas de melhoramento da qualidade das sementes, capacitação dos agricultores, e instalação de usinas de beneficiamento do algodão.

Palavras-chave: Agreste pernambucano; Atividade algodoeira; agricultura familiar; Renda.

Abstract

The culture of cotton has already been one of the most important in the Agreste setentrional of Pernambuco. Several families derived their main incomes from that activity, beside others subsistency cultures such bean, corn, cassava and cattle. The culture of cotton achieved a peak during the 70's, when it became even known as the "white gold". However, during the 80's, it faced a crisis because of the Weevil plague, which lead it close to extinction. Consequently, families abandoned the cultivate, left the countryside and migrated to the urban centres in pursuit of jobs. The objective of this research is analyze the reasons and the impacts of that crisis, as well as to describe the process of recovery of the culture of cotton in Surubim town. The method consists in two steps. First, a bibliographic survey has been conducted. Second, an empirical qualitative research has been carried out, based on secondary data provided by the IBGE, and on primary data collected from field interviews and questionnaires along the small, medium producers, entrepreneurs and representatives from public institutions. The results point out that the crisis faced by this activity has exerted a profound impact in the overall primary sector of this meso-region, whose the economical and social repercussions are detailed in the present work. Finally, this research shows that the recovery of the employment and income rates became only possible because of a number of policies adopted by the State Government towards fulfilling the producer's

needs, such as: strategic alliances, investments in research to enhance the quality of seeds, farmers training, and installation of cotton beneficiation plants.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Relação de quantidade produzida de algodão de 1973 à 1980.

Gráfico 2: Quantidade Produzida de Algodão de 1981 a 2000 (Toneladas)

Gráfico 3: Quantidade produzida de algodão, em toneladas, a nível de Pernambuco durante os anos de 2001 a 2010.

Gráfico 4: Exportação e Importação de algodão durante o período de 1999 a 2012 no mercado brasileiro.

Gráfico 5: Quantidade produzida de algodão em Surubim-PE de 2008 a 2011.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Gênero dos agricultores entrevistados.

Tabela 2: Renda Familiar dos agricultores entrevistados.

Tabela 3: Renda dos agricultores entrevistados composta apenas dos ganhos provindos do algodão.

Tabela 4: Área plantada dos agricultores entrevistados destinada (No último plantio) ao algodão.

Tabela 5: Número de funcionários o Sr.(a) emprega (empregava) no plantio de algodão diariamente.

Tabela 6: Número de familiares que trabalham (trabalhavam) no plantio de algodão diariamente.

Tabela 7: Principais dificuldades encontradas para a produção de algodão no Agreste de Pernambuco pelos agricultores entrevistados.

Tabela 8: Faz (fez) uso de benefício oferecido pelo governo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Pernambuco com suas divisões de região de desenvolvimento e mapa do Agreste Setentrional.

Figura 2: Mapa de Pernambuco com localização do Município de Surubim.

Figura 3: Foto da Usina Surubim, em Surubim Pernambuco.

Figura 4: Mulheres na colheita do algodão em Surubim-PE.

Figura 5: Lavoura de algodão e miniusina de Beneficiamento em Surubim-PE.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO AGRESTE PERNAMBUCANO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL.....	13
1.1 Dimensão geográfica.....	14
1.2 Dimensão social.....	16
1.3 Dimensão econômica.....	17
1.4 Dimensão ambiental.....	18
CAPÍTULO 2 – A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA CULTURA DO ALGODÃO PARA A ECONOMIA DO AGRESTE DE PERNAMBUCO.....	20
2.1 A atividade algodoeira no período de 1973 a 1980.....	20
2.2 A atividade algodoeira no período de 1981 a 2013.....	26
CAPÍTULO 3 - A CULTURA DO ALGODÃO DE 1981 ATÉ 2013 EM SURUBIM.....	31
3.1. Problemas e potencialidades.....	31
3.2. Entrevistas e Resultados.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
BIBLIOGRAFIA	49
ANEXOS.....	52

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa analisar a evolução da cultura de algodão no Agreste pernambucano, observando o cultivo desde a década de 1970 até os dias atuais, passando pela sua ascensão, crise e sua retomada. Será observada, ainda, sua importância na atividade econômica da região, pois segundo dados dos censos Agropecuários do IBGE, o “OURO BRANCO” como era conhecido, por muito tempo foi considerado a principal fonte de renda das famílias da região, sendo que devido a sua crise, muitos deixaram de cultivá-lo o que levou a um período de decadência e consequente êxodo rural.

O Agreste pernambucano é uma região que fica situada entre a Zona da Mata e o Sertão Pernambucano, onde se pode dizer que é uma tradicional área policultora e também abastecedora da Região Metropolitana. Porém essa área vem se transformando ao longo das últimas décadas, pois vastas áreas que antes eram voltadas para o cultivo de culturas como: algodão, milho e feijão, hoje vêm sendo substituídas por áreas de pastagens para a pecuária.

O desenvolvimento da atividade algodoeira foi um dos principais fatores para o crescimento da indústria têxtil da região. Sendo assim, na pauta das exportações o bem foi relevante até a década de 1970, configurando-se como um dos principais produtos da pauta de exportações. Após a crise, o produto deixa de estar inserido na pauta de exportações, figurando na de importações.

Além da crise da produção interna, outros condicionantes que proporcionaram a decadência do cultivo do algodão na região foram: a) a praga do bicudo; b) a seca e falta de tecnologia por parte da agricultura familiar, o que deixou o algodão desta região pouco competitivo do mercado.

O algodão é uma commodity (produto que tem seu preço fixado em Bolsa), portanto para os pequenos agricultores o preço alto já estabelecido é um atrativo a mais para que essas famílias voltem a produzir essa riqueza nos solos do Agreste de Pernambuco.

A cultura do algodão tem uma importância relevante na economia do Estado de Pernambuco, pois o Estado durante a década de 1970 foi um grande produtor chegando a ter 108 mil hectares de lavoura de algodão, porém a praga do bicudo na década de

1980 destruiu as lavouras do Estado proporcionando uma devastação quase que completa dessa cultura. (Jornal do Comércio, 2011).

Desde a década de 1980 que a cultura do algodão vem passando por períodos de crises e recuperação. O Brasil é o quinto maior produtor de algodão do mundo segundo a safra de 2011-2012 com mais de 1,8 milhões de toneladas. Sendo assim, o Governo Estadual vem trabalhando para recuperar esta cultura tão tradicional as famílias do Agreste pernambucano, desde 1995, buscando incentivar a produção, subsidiando a lavoura do algodão. Órgãos como o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) vêm trabalhando nas melhorias das lavouras, proporcionando assistência técnica, principalmente, à agricultura familiar que hoje é considerada a mais importante modalidade de agricultura no cultivo.

O objetivo deste trabalho é analisar a importância do cultivo do algodão na economia do Agreste setentrional de Pernambuco, como também entender os motivos que levaram a crise essa cultura que se mostrava em desenvolvimento. Maior ênfase será dada a análise da produção antes e depois da crise quando o governo resolveu subsidiar esta cultura para que as famílias voltassem a produzir algodão, ou seja, o estudo procurará determinar se essa retomada ao cultivo representou efetivamente uma mudança na economia das famílias que cultivam algodão.

Para nível de pesquisa deste trabalho serão utilizados os municípios que pertencem à microrregião do Agreste Setentrional.

A metodologia utilizada será basicamente a análise dos dados colhidos no IBGE através do PAM (Produção Agrícola Municipal), além de informações bibliográficas colhidas em estudos anteriores, depoimentos e questionários aplicados junto a agricultores da região, proprietário de Usina de Beneficiamento de algodão e técnicos de instituições públicas.

Como forma de cumprir o objetivo proposto, o estudo foi estruturado da seguinte forma: no capítulo I, será apresentado à caracterização geral do Agreste pernambucano na perspectiva do desenvolvimento humano sustentável; no capítulo II, a importância histórica da cultura do algodão para a economia do Agreste de Pernambuco; e por fim o capítulo III, a cultura do algodão de 1981 até 2013 e Surubim.

CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO AGRESTE PERNAMBUCANO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL.

O Desenvolvimento Humano Sustentável prega o desenvolvimento de uma região sem comprometer o desenvolvimento de gerações futuras.

Uma definição para “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabilidade” foi descrita por Satterthwaite como:

A resposta às necessidades humanas nas cidades com o mínimo ou nenhuma transferência dos custos da produção, consumo ou lixo para outras pessoas ou ecossistemas, hoje e no futuro (SATTERTHWAITE, 2004 apud BARBOSA, G. S. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008).

O desenvolvimento sustentável deve ser uma consequência do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental. Para a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, os objetivos que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável estão relacionados com o processo de crescimento da cidade e objetiva a conservação do uso racional dos recursos naturais incorporados às atividades produtivas. Entre esses objetivos estão:

- crescimento renovável;
- mudança de qualidade do crescimento;
- satisfação das necessidades essenciais por emprego, água, energia, alimento e saneamento básico;
- garantia de um nível sustentável da população;
- conservação e proteção da base de recursos;
- reorientação da tecnologia e do gerenciamento de risco;
- reorientação das relações econômicas internacionais (CMMAD, 1988, 1991).

1.1 Dimensão Geográfica

O Agreste de Pernambuco é uma região fisiográfica que fica situada entre a Zona da Mata e o Sertão pernambucano, no qual compreende as terras das atuais microrregiões do Agreste Setentrional, do Vale do Ipojuca e do Agreste Meridional. Para nível de pesquisa deste trabalho serão utilizados os municípios que pertencem à microrregião do Agreste Setentrional, mais precisamente 19 municípios são eles:

Casinhas, Frei Miguelinho, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertentes, Vertente do Lério que formam a microrregião Alto Capibaribe, e os municípios de Bom Jardim, Cumaru, Feira Nova, João Alfredo, Limoeiro, Machados, Orobó, Passira, Salgadinho e São Vicente Ferrer que formam a microrregião Médio Capibaribe (ANDRADE, 1998).

A Mesorregião do Agreste de Pernambuco possui uma área de aproximadamente 24.400 Km² dividida em seis microrregiões: Vale do Ipanema, Vale do Ipojuca, Alto Capibaribe, Médio Capibaribe, Garanhuns e Brejo Pernambucano. Setenta e um municípios no total compõem o Agreste Pernambucano, totalizando uma população de 2.217.212 habitantes, em 2010 (ANDRADE, 1980).

Serão utilizadas as microrregiões do Alto Capibaribe e Médio Cabibaribe, que compõe o chamado, Agreste Setentrional, no qual, está localizado no Semi-árido do Estado, tem uma área de 3.544,5 Km², constituída pelos 19 municípios citados, segundo o Censo 2010 do IBGE, vive uma população de 526.905 habitantes, sendo 348.860 habitantes na zona urbana, num total de 66,2% da população e 178.045 habitantes na zona rural, contemplado o percentual de 33,8% dos habitantes da região.

Possui temperatura média em torno de 25° C, com clima Semi-árido, sua vegetação característica é a arbóreo-arbustiva, com algumas formações xerófitas. (ANDRADE, 1980).

Figura 1: Mapa de Pernambuco com suas divisões de região de desenvolvimento e mapa do Agreste Setentrional.



	Metropolitana		Agreste Setentrional		Sertão Itaparica
	Mata Norte		Agreste Central		Sertão São Francisco
	Mata Sul		Agreste Meridional		Sertão do Araripe
	Sertão Moxoto		Sertão do Pajeú		Sertão Central



Fonte: CONDEPE, 2013.

Agreste Setentrional - 19 Municípios: Bom Jardim, Casinhas, Cumaru, Feira Nova, Frei Miguelinho, João Alfredo, Limoeiro, Machados, Orobó, Passira, Salgadinho, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, São Vicente Ferrer, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertente do Lério, Vertentes.

1.2 Dimensão Social

O Agreste Setentrional está localizado no Semiárido do Estado, tem uma área de 3.544,5 Km², constituída pelos 19 municípios já citados, segundo o Censo 2010 do IBGE, onde vive uma população de 526.905 habitantes, sendo 348.860 habitantes na zona urbana, num total de 66,2% da população e 178.045 habitantes na zona rural, contemplado o percentual de 33,8% dos habitantes da região. Esta região dispõe de uma taxa de crescimento populacional de 13,6%, um pouco acima da taxa do estado, que é de 11,1%.

O Agreste de Pernambuco vem se mostrando como uma potência de desenvolvimento, aonde apresenta um dos maiores índices de crescimento econômico e

populacional do estado de Pernambuco além de receber o maior contingente de migração de retorno do estado.

No que se refere ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o Agreste de Pernambuco apresenta índices muito próximo ao verificado no Estado de Pernambuco como um todo. O IDH do Agreste Setentrional é de 0,636, inferior ao de Pernambuco que é de 0,705. Entre os maiores índices estão os de Santa Cruz do Capibaribe (0,698), Limoeiro e Taquaritinga do Norte, ambos com 0,688 (CONDEPE/FIDEM, 2010).

Entretanto a região ainda apresenta um grande número de famílias com nível de renda baixo, considerando renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00 mensais, o que os leva a buscar por programas de transferência de renda do governo a exemplo do Programa Bolsa Família. Mesmo a região possuindo um importante arranjo produtivo, o Agreste de Pernambuco apresenta um expressivo número de pessoas com baixa renda beneficiárias do programa bolsa família do governo federal.

1.3 Dimensão Econômica

A economia de Pernambuco teve como base Agricultura, indústria e serviços, porém atualmente é o setor de serviços que predomina na economia do estado. Desde o início da dominação Portuguesa que o Estado era basicamente agrícola, porém ao longo do tempo esse quadro mudou. O Estado passou por mudanças econômicas, devido aos investimentos nos setores petroquímicos, biotecnológico, farmacêutico e automotivo. Além da importância do setor industrial no complexo de SUAPE.

No Agreste de Pernambuco a economia gira em torno do polo têxtil. No Agreste Setentrional a principal atividade econômica é a produção de confecções e artefatos de tecidos, no qual apresenta ou participa com 73% de tudo o que é produzido pelo setor no Estado. Por este motivo se deu a retomada nas lavouras de algodão com o incentivo do governo, pois a demanda por algodão em Pernambuco está em torno de 30 mil toneladas/ano. Neste sentido, foi feito um acordo entre o Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral e de Malharia (Sinditextil-PE) e o Governo do Estado, o qual ficou responsável em adquirir a produção do Estado.

Em muitas cidades do Agreste Setentrional a economia depende de atividades rurais, com exceção de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Surubim que, juntos,

contemplam o polo têxtil do Agreste. Na agricultura, prevalecem às lavouras de subsistência, como feijão, milho e mandioca.

O Agreste Pernambucano, situado na região semiárida do Estado, tem uma economia caracterizada por exploração agrícola, pecuária e atividades de comércio e serviços; e foi a partir dos anos de 1970 que novas atividades assumiram um papel relevante para economia da Mesorregião.

O geógrafo Mário Lacerda de Melo (1980) caracterizou o Agreste e seu papel desempenhado em âmbito regional como importante, pois, com apenas 25% da população do Estado, abastece de gêneros alimentícios o litoral, além de fornecer mão de obra em determinados períodos do ano para Zona da Mata. Melo também ressalta que as “áreas de exceção”, ou seja, os brejos de altitude, devido ao alto índice pluviométrico e altitude possibilitam lavouras diferenciadas e com maior produtividade, pois os solos são mais profundos e ricos em materiais orgânicos e o acesso a recursos d’água é maior.

O PIB (Produto Interno Bruto) de Pernambuco vem registrando recordes de crescimento devido o aquecimento da atividade econômica no Estado, e o Agreste também tem contribuído para a alta do PIB, principalmente pela sua atividade no polo têxtil.

De acordo com o Presidente da Agência Condepe/Fidem, Maurílio Lima, mesmo diante de uma economia internacional em crise, Pernambuco mantém o bom desempenho. “A economia de Pernambuco, desde 2007, vem apresentando taxas médias de crescimento em torno de 5% ao ano acompanhadas pelo aumento dos índices de emprego, valorização do salário mínimo e ascensão de novas categorias sociais. Esse resultado se deve, principalmente, às políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico no âmbito estadual e federal”, salienta. (GOVERNO DE PERNAMBUCO, Notícia publicada, 2013).

1.4 Dimensão Ambiental

O Agreste está dentro de uma área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão que se estende por uma vasta área dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas,

Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A área ocupada pelo Agreste situa-se numa estreita faixa, paralela à costa.

A vegetação do Nordeste do Brasil em sua maior parte de seu território é tipicamente xerófila, de fisionomia e florística variada, denominada “caatinga”. É uma área sujeita às secas, cuja precipitação pluviométrica varia entre 300 e 1200 mm/ano, oscilando predominantemente entre 700 e 800 mm/ano.

O volume de água do Agreste de Pernambuco, assim como de todo Agreste nordestino é limitado, com rios intermitentes em sua maioria, sendo insuficiente a irrigação das plantações.

A vegetação de caatinga, que cobre uma vasta área da região Nordeste do Brasil, é caracterizada pela deficiência hídrica originada da baixa pluviosidade, da alta evapotranspiração potencial e da distribuição irregular das chuvas (Rodal *et al.*, 1992; Sampaio, 1995). Segundo Sampaio (1995) a flora é ainda pouco conhecida, incluindo aproximadamente 339 espécies de árvores e arbustos, sendo as famílias com o maior número de espécies Leguminosae, Euphorbiaceae e Cactaceae. A vegetação de caatinga não forma um conjunto estrutural e florístico homogêneo, mas varia em função de fatores como solo, índice xerotérmico, fisionomia e gêneros característicos, a saber: *Tabebuia*, *Aspidosperma*, *Astronium*, *Cavanillesia*, *Schinopsis*, *Caesalpinia*, *Mimosa*, *Syagrus*, *Spondias*, *Cereus*, *Pilosocereus*, *Jatropha*, *Piptadenia*, etc. (Sampaio, 1995).

A vegetação da caatinga é constituída em geral por espécies lenhosas e herbáceas, de pequeno porte. Como é o caso do algodão (*Gossypium hirsutum* L.) muito importante para a economia mundial e nordestina.

O Agreste Pernambuco tem sua área drenada pela bacia do Rio Capibaribe. Porém enfrenta diversos problemas de degradação ambiental. O Rio Capibaribe e sua bacia cortam todo o Agreste Setentrional, sendo ele o principal rio e o mais afetado pela degradação.

Diversos dejetos são depositados no Capibaribe diariamente, várias lavanderias de Jeans, pertencente ao polo têxtil do Agreste, depositam todo o seu material químico utilizado na lavagem no rio. Além dos problemas como a poluição dos açudes, a devastação desordenada, os esgotos a céu aberto (falta de saneamento básico), as queimadas e a falta de conscientização da população e dos governantes, são os problemas mais enfrentados pelos agrestinos.

CAPÍTULO 2 – A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DA CULTURA DO ALGODÃO PARA A ECONOMIA DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

2.1. A atividade algodoeira no período de 1973 a 1980

A cultura do algodão (*Gossypium hirsutum* L.) é muito importante para a economia mundial e nordestina. No segmento da agricultura familiar o algodão se torna uma opção para o agricultor por ser bem adaptado às condições climáticas da região e oferecer lucros nos períodos considerados críticos para esses agricultores. Os agricultores familiares não têm condições de plantar outras culturas durante os meses secos por isso veem o algodão como uma solução para a aquisição de fonte de renda para suas famílias (RICHETTI; MELO FILHO, 2001 apud SANTOS, 2009).

O ciclo do algodão pode ser dividido da seguinte forma:

- 1) Semeadura;
- 2) Aparecimento do primeiro botão floral;
- 3) Do primeiro botão ao aparecimento da primeira flor;
- 4) Da primeira flor ao primeiro capulho (abertura);
- 5) Primeiro capulho à colheita.

Após a colheita, as sementes do algodoeiro se encontram revestidas por fibras longas, utilizadas no processo de fiação para tecelagem de vários tipos de tecido (CORRÊA, 1989 apud SANTOS, 2009). A separação dessa fibra das sementes (caroços) é realizada através de máquinas dotadas de rolos ou serras, sendo tal prática denominada descaroçamento (SILVA; CARVALHO, 1998 apud SANTOS, 2009).

O algodão foi bem aceito pelos agricultores porque permitia a utilização dos campos de lavouras para utilização de outras culturas intercalares como: feijão, milho, mandioca. Além de utilizar após a colheita a palha da plantação e a “rama” do algodoeiro para complementar a alimentação do gado. Como também o caroço do algodão era utilizado como torta, que era o alimento que sustentava o gado durante a seca.

Desde o século XVI que já se cultivava o algodão, porém só depois de 1750 com a Revolução Industrial na Inglaterra, a Guerra de Independência dos Estados Unidos e as Guerras Napoleônicas na Europa é que esta cultura passou a ser produzida em ampla escala comercial em Pernambuco. A grande procura do algodão se deu principalmente pelas indústrias britânicas, onde a partir da abertura dos portos a expansão da cultura ficou mais facilitada devido à ligação do porto do Recife diretamente com os portos ingleses.

Por isso podemos dizer que desde 1750 até 1940, o algodão foi um dos principais produtos nordestino e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, nas disputas às terras e aos braços (ANDRADE, 1980, pág. 145).

O desenvolvimento dos centros urbanos agrestinos ocorreu de forma decisiva devido à cultura do algodão. O crescimento das cidades foi em partes devido ao comércio que girava em torno à economia que provinha do cultivo do algodão.

Foi a partir de 1750, que o algodão começou a ter importância e a pesar na economia nordestina, segundo se deduz dos ensinamentos de Pereira da Costa (1), o Governo criou uma Inspeção do Algodão, depois transformada em Alfândega do Algodão, destinada a fazer o exame e a classificação do artigo destinado a exportação. As culturas eram feitas, inicialmente, na própria região da Mata, mas penetraram cada vez mais para o interior, uma vez que à proporção que se distanciavam do litoral, encontravam condições naturais mais favoráveis ao seu desenvolvimento. Favorecia o avanço algodoeiro a estagnação que dominava o parque açucareiro, tanto com a baixa produtividade agrícola da cana “crioula” como da baixa produtividade industrial dos engenhos de tração animal. O economista Celso Furtado (2) é de opinião que esta fase possibilitou a liberação de mão-de-obra que a indústria açucareira não podia absorver e permitiu a expulsão de excedente populacional para o Agreste e outras áreas próximas à Mata. (ANDRADE, 1980, pág. 145).

Essa cultura foi entrando no interior do Estado, o que possibilitou também a vinda de pessoas para trabalharem nas terras de lavoura como o economista Celso Furtado mostrou que esta fase possibilitou a liberação de mão de obra que a indústria açucareira

(1) *Anais Pernambucanos*, vol.VI, pág. 83.

(2) *A Operação Nordeste*, pág. 22; *Formação Econômica do Brasil*, pág. 81.

não absorvia o que permitiu a expulsão do excedente populacional para o agreste e outras áreas, sendo assim.

Mas não foram só os grande proprietários que lançaram essa cultura; os poucos pequenos proprietários e moradores passaram logo a semeá-lo nos pedaços de terras de que dispunham , associando-o ao milho e ao feijão, a fim de colherem de um mesmo roçado , o produto de subsistência e o de venda. Para estes, a produção era pequena, mas as despesas também eram mínimas, pois investiam apenas um pouco de trabalho. Não só a possibilidade de fazer a cultura associada, como o fato de ser a mesma de ciclo vegetativo curto e de não ter o agricultor necessidade de industrializar o produto, fazia com que o algodão, mais democrático do que a cana, se tornasse cultura de ricos e de pobres. Também compreenderam os proprietários que a “rama” do algodão e a palha do milho poderiam ser ração para o gado nos meses mais secos – janeiro e fevereiro. (ANDRADE, 1980, pág. 149).

A implantação da lavoura de algodão necessita de um clima tropical, exige umidade no solo para germinar a semente, para o início do desenvolvimento da planta e para o período que vai da formação dos botões até o início da abertura dos frutos. Como também de luminosidade, pois é importante para a planta em seu ciclo, com chuvas bem distribuídas ao longo do ciclo, como também deve existir um tempo relativamente seco para abertura dos botões. A temperatura deve estar acima de 20°C e abaixo de 30°C. Os solos devem ser profundos, porosos, bem drenados, textura média, e rica em elementos minerais. O algodão deve ser cultivado em um sistema de rotação de culturas, em glebas apropriadas para lavouras anuais.

O preparo do solo deve eliminar os restos da cultura para evitar as pragas nas lavouras seguintes. Já as palhas das outras culturas devem ser deixadas sobre o solo para conservar o solo e permitir o maior aproveitamento de infiltração da água.

Para semear o algodão a melhor época é o início do período chuvoso. Como a maioria dos agricultores dessa região é de pequeno porte, a chamada agricultura familiar, o método de plantio é manual usa-se enxada e plantadeiras manuais (tico-tico ou matraca). Para controle das pragas utilizam-se inseticidas.

A colheita pode ser manual ou mecânica, mas lavouras da região do Agreste de Pernambuco a colheita é manual próprio de áreas pequenas com exploração familiar. Alguns cuidados durante a colheita manual são fundamentais:

- a) iniciar a colheita quando tiver 60% dos capulhos abertos;
- b) evitar colher capulhos com carimãs;
- c) não usar sacaria e amarrações de plástico, juta e sisal, entre outros para evitar contaminações. O saco deve ser de algodão.

Na colheita manual, se bem feita, o produto atinge ótimos índices de qualidade, o que não exige muita limpeza e alcança melhor cotação no mercado.

O beneficiamento do algodão é feito nas Algodoeiras, o processo de separação da fibra da semente é realizado por descaroçadores de serras circulares que são apresentados em diferentes modelos, número de serras, capacidade de trabalho e fabricantes.

Os pequenos proprietários de terras do Agreste são de grande importância, pois o Agreste é formado em sua maioria por propriedades de no máximo 20 hectares, porém são esses agricultores que somam na economia da região e são bem mais sucedidos que os trabalhadores sem terras. Entretanto esse não é a única dificuldade desses agricultores, pois além das pequenas terras disponível ainda há o acentuado escalonamento econômico que é determinado pela sua localização e pela fertilidade dos solos.

Uma variação nas áreas de lavoura do agreste Pernambuco em 1970 e 1975 mostra que das quatro microrregiões em que se divide o espaço do agreste, a que houve maior decréscimo foi no Agreste Setentrional.

No conjunto daquele espaço microrregional, a área de lavoura em 1975 era inferior à de 1970 em 6,69 mil hectares ou 5,5%. Nove dos 19 municípios tiveram diminuições, sendo maiores ocorridas em Limoeiro, Bom Jardim, Cumaru, Orobó, Saugadinho, Santa Maria do Cambucá e Toritama. (MELO, 1980).

Esse declínio de 5,5% da área de lavoura mostra que essa região devido aos seus problemas de um clima semiárido de baixa pluviosidade afeta os agricultores, pois diminui sua lavoura afetando sua produção e sua renda.

A cultura do algodão foi o que impulsionou a economia e a ocupação do agreste, devido ser uma cultura que possibilitava o cultivo de outras lavouras ao mesmo tempo, outras lavouras também favoreceram o crescimento dessa região, como o café e o fumo. A cultura do algodão mudou o cenário dessa região, a partir da metade do século XVII, proporcionando o surgimento de vários centros urbanos, que vieram a se tornar cidades mais tarde.

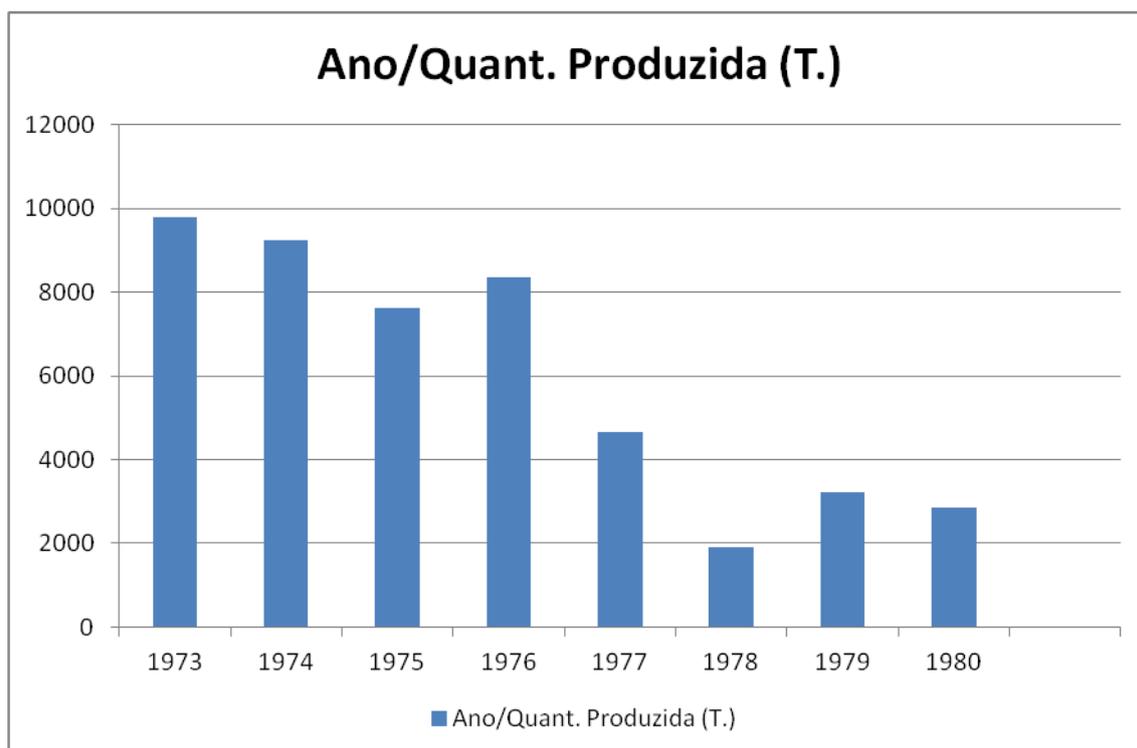
Do consórcio de culturas clássicas do Agreste Pernambucano, o algodão não somente participava como frequentemente era, nele, o produto mais importante. A exemplo do que acontece ainda hoje com área correspondente da Paraíba, no Agreste semiárido de Pernambuco a cotonicultura constituiu, em passado não remoto, a principal atividade agrícola e um dos principais alicerces econômicos da maior parte dos municípios. As culturas alimentares do feijão e do milho, que, com o algodão, formavam o conhecido consórcio ternário, representavam frequentemente formas de melhor aproveitamento das glebas que eram preparadas com interesse maior na importante cultura industrial. (MELO, 1980).

Atualmente a cotonicultura sofre um forte declínio. Nos poucos municípios que ainda efetuam esse tipo de cultivo as lavouras são pouco significativas.

O “Ouro Branco” como era conhecido em função de sua importância para o crescimento e desenvolvimento econômico da região do Agreste pernambucano, pela riqueza que gerava, era fonte de matéria-prima para a indústria têxtil do Estado. Entretanto o cultivo de algodão sofreu um declínio no início da década de 80, devido à praga do bicudo. A cultura do algodão foi praticamente finalizada devido à praga, ocasionando o fim de várias usinas de beneficiamento e fábricas de tecidos.

Andrade (1980) na sua clássica obra “A Terra e o Homem no Nordeste” afirma que o algodão foi a atividade que estabeleceu o nexo da dinâmica social e econômica para praticamente todo o Semiárido nordestino, transformando-o de área de produção de gêneros acessórios direcionada ao suporte das zonas canavieiras – produzindo bens salários ou insumos produtivos - à zona de produção primária para a indústria têxtil nacional e internacional.

Gráfico 1: Relação de quantidade produzida de algodão de 1973 à 1980.



Fonte: IBGE, PAM. Elaboração própria.

Como é possível verificar com os dados fornecidos pelo IBGE, a produção de algodão ao longo da década de 70 começa a sofrer forte queda no decorrer dos anos. A maior safra foi em 1973 com 9.789 toneladas de algodão, após isso houve uma queda chegando à produção de pior safra da década, no ano de 1978 com 1.909 toneladas produzidas apenas, uma variação de aproximadamente 80% em relação ao ano de 1973.

Ao longo dos anos a produção foi decaindo, onde na década de 80, como mostra o gráfico 1, a quantidade produzida em relação ao ano 1973 tem uma variação de -48%, devido a chegada da praga do bicudo e outros fatores a lavoura de algodão no agreste de Pernambuco durante a década de 80 quase que se extinguiu totalmente.

No final deste período a produção de algodão no agreste Setentrional de Pernambuco ficou com apenas 2.857 toneladas de algodão produzidas. O que mostra que a cultura começou a sofrer mudanças que afetaram não apenas os produtores mais toda a região.

A maior dificuldade enfrentada pelos agricultores foi a praga do bicudo, que começou a devastar as lavouras e o rendimento das áreas plantada já não era o mesmo, como mostra o gráfico 1, no fim da década de 70 a produção era baixa em relação aos anos anteriores.

2.2. A atividade algodoeira no período de 1981 a 2013.

Durante o século passado o desenvolvimento do cultivo do algodão foi tão firme ao longo do tempo que haviam 97 indústrias têxteis instaladas no Nordeste, onde destas 32 estavam situadas em Pernambuco. A partir de 1990, houve várias tentativas, porém sem sucesso, de retomada do cultivo de algodão no Agreste Setentrional. Devido à praga do bicudo essa cultura sofreu para se reerguer, além de enfrentar a dura concorrência com os tecidos sintéticos. A praga do bicudo foi a grande culpada pela devastação do cultivo do algodão.

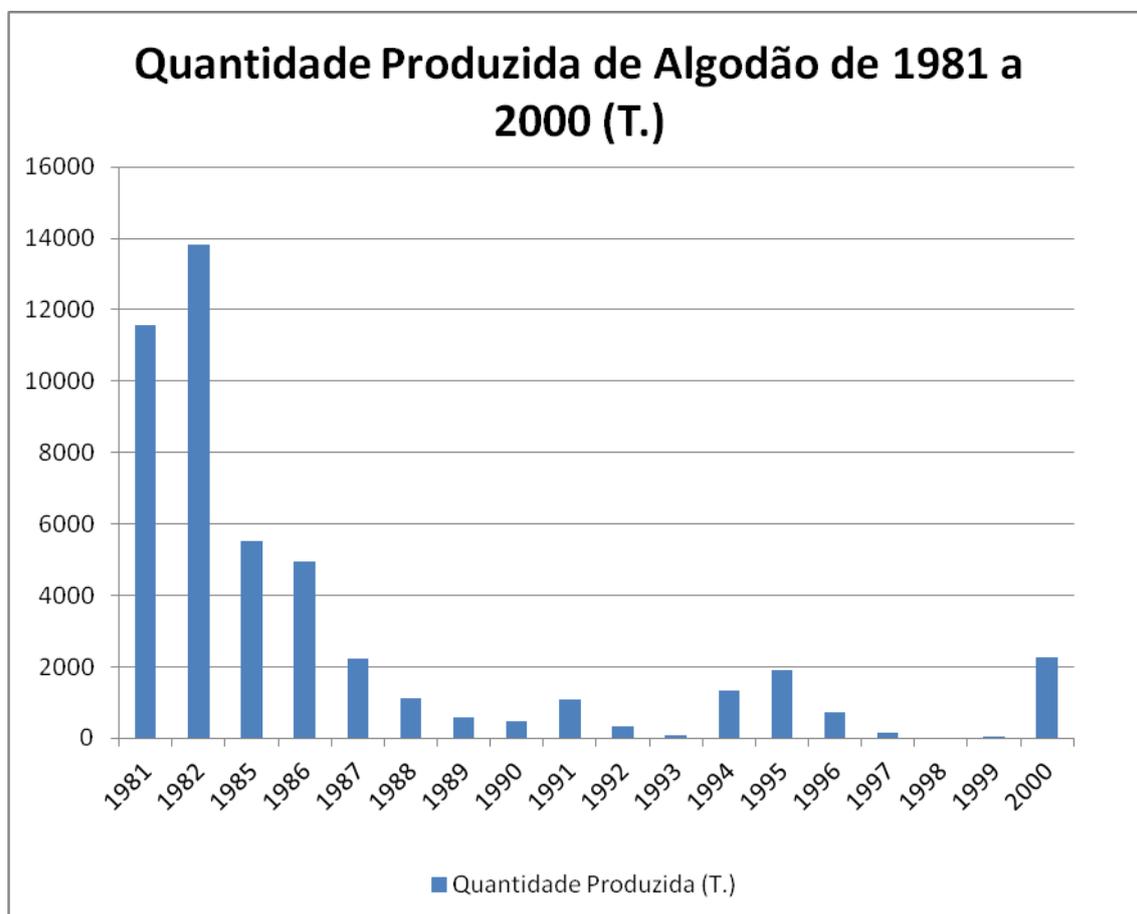
O bicudo algodoeiro é considerado a praga mais séria da agricultura, pelos danos que causa e pelas dificuldades de seu controle. Sua detecção no Brasil se deu em 1983 em São Paulo, e só depois foi que a praga disseminou-se para outros estados como da Paraíba e Pernambuco, devido a caroços que veio de São Paulo com a praga.

O modo de produção sofreu mudanças com o tempo, porém na agricultura familiar ainda utiliza em geral o modo de produção manual, com técnicas rudimentares. Entretanto com a entrada o IPA os agricultores passaram a dispor de informações e tecnologia para aumentar a oferta do algodão, a fim de suprir essa demanda que é cada vez mais crescente.

O bicudo começou a se alastrar por Pernambuco em 1983, essa é a praga que causa mais prejuízos na cotonicultura brasileira. Pode reduzir a produção em até 70%. Aparecem após uns 50 dias de plantio e ataca a plantação de algodão até o final do cultivo. Sendo uma praga de difícil controle as lavouras de algodão passaram a sofrer com esta praga entrando em crise a partir de 1983. Alguns agricultores perderam totalmente suas lavouras, a quantidade produzida na região chegou a safra zero, o que desencadeou uma crise econômica para muitas famílias que sobreviviam da renda provinda do algodão.

Com a infestação das lavouras pelo bicudo, a Embrapa voltou-se para a pesquisa para o combate da praga, mas também iniciou estudos sobre cultivos de novas espécies de algodão precoce.

Gráfico 2: Quantidade Produzida de Algodão de 1981 a 2000 (Toneladas)



Fonte: IBGE, PAM. Elaboração própria.

Durante a década de 1980, a quantidade produzida de algodão obteve queda drástica, como mostra o gráfico 2. A produção, assim como seu rendimento apresentaram ligeira tendência de crescimento em 1981 e 1982, mas entra em decadência de forma acentuada em razão a entrada da praga do bicudo no ano 1983. Nesse período, houve redução do total exportado de fibras de algodão, chegando a safras quase que totalmente perdidas. Nos anos de 1983 e 1984 não consta pesquisa registrada no IBGE. Entretanto nos anos seguintes a praga do bicudo continuou a deixar em baixa produtividade do algodão da região, como mostra o gráfico 2.

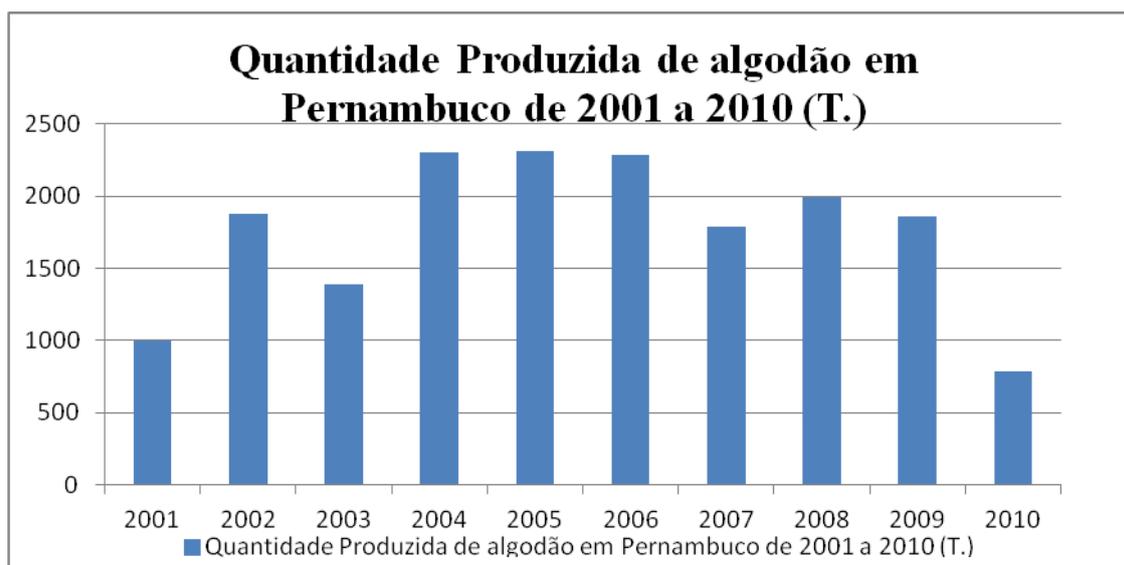
Os anos de 1993 e 1997 apresentam representação mínima, com safras muito pequenas para o porte de produção da região. A produção realizada no ano 1998 não foi registrada segundo o IBGE e 1999 obteve a menor produção registrada na década, com apenas 44 toneladas de algodão. Portanto temos em 1982 a maior safra com 13.820 Toneladas, e em 1999 com safra de 44 toneladas, tirando o ano de 1998 que não houve produção, efetuando assim uma diminuição de 99% em relação a maior safra no período.

Vários fatores são determinantes para esta queda na produção de algodão, onde levou a crise dessa cultura. Entre eles destacam o modo de produção rudimentar, o que eleva os custos de produção devido à falta de tecnologia, a praga do bicudo que se abateu sobre as lavouras do algodão, falta de crédito, assistência técnica, a seca, entre outros.

O cultivo destas lavouras continuou com o modo de produção manual, sem qualquer tipo de tecnologia para agregar valor ao produto. Só com a entrada do Programa de Revitalização da Cultura do Algodão é que o modo de produção foi modificado, pois para estimular o plantio, o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) distribuiu sementes de algodão herbáceo melhorado geneticamente para os agricultores, além de oferecer o preparo do solo para o plantio e a prestação de assistência técnica qualificada.

A partir de 2000, segundo o supervisor regional do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Rivalma de Oliveira, não houve plantação de algodão no agreste Pernambucano, devido à seca que se prolongou durante alguns anos e também pela falta de apoio aos agricultores para enfrentar a praga do bicudo. Entretanto em Pernambuco algumas cidades ainda continuaram cultivando algodão como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 3: Quantidade produzida de algodão, em toneladas, a nível de Pernambuco durante os anos de 2001 a 2010.



Fonte: IBGE, PAM. Elaboração própria.

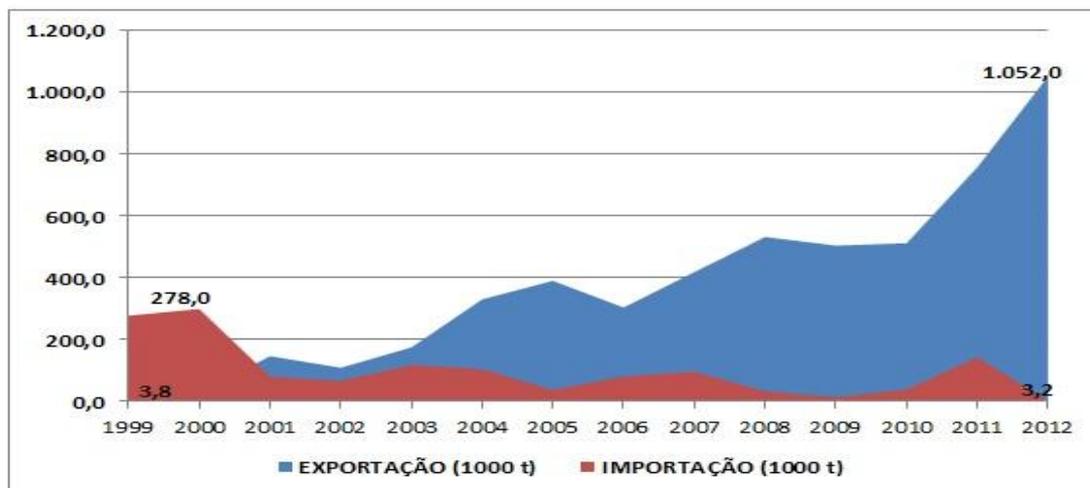
Em Pernambuco algumas cidades ainda continuaram com o cultivo do algodão (como mostra o gráfico 3), porém não teve como apaziguar a crise que se instaurou em todo o Nordeste na década de 1980, no qual, provocou o êxodo maciço de trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos, o fechamento de mais de 1.200 indústrias têxteis, de pequeno e médio porte, e a redução de 500 mil empregos.

A produção em nível de todo o Estado de Pernambuco conseguiu continuar com suas lavouras em números menores, porém com valores de produção consideráveis. Entretanto a região do Agreste Setentrional de Pernambuco não obteve sucesso em suas lavouras de algodão devido à seca e a falta de apoio para enfrentar a praga do bicudo.

Essa queda no nível de produtividade dos algodoads não foi só em Pernambuco e sim em todo o Nordeste o que afetou a Balança comercial brasileira do algodão durante o período de crise.

Atualmente, o algodão é produzido por mais de 60 países. Os cinco países classificados como os principais produtores são: China, Índia, Estados Unidos, Paquistão e Brasil. Entretanto devido à crise o Brasil passou a importar algodão, mais efetuou plantações no cerrado brasileiro mudando sua condição de grande importador para um dos principais exportadores mundiais de algodão (como mostra o gráfico a seguir).

Gráfico 4: Exportação e Importação de algodão durante o período de 1999 a 2012 no mercado brasileiro.



Fonte: ABRAPA. ALICEWEB-MDI, Atualizado em 08/01/2013.

Ao longo dos anos é possível ver no gráfico que a balança comercial de algodão sofreu mudanças o Brasil que antes era um grande importador de algodão, pois devido à crise que se instalou nos algodoeiros afetou o comércio do produto, porém ao longo dos anos e devido o aumento de área plantada no Brasil (em específico no cerrado brasileiro) as exportações voltaram a crescer mudando esse quadro econômico chegando a final de 2012 com 1.052 mil toneladas exportada.

O comércio mundial de algodão é uma atividade muito importante para a economia do nosso país, pois movimenta muito dinheiro, envolve muitas pessoas em seu processo de produção, descaroçamento. Processamento e a embalagem. Sem contar os empregos indiretos, gerando renda e desenvolvimento social.

CAPÍTULO 3 - A CULTURA DO ALGODÃO DE 1981 ATÉ 2013 EM SURUBIM-PE.

3.1. Problemas e potencialidades

Até final da década de 70 e início de 80, a principal atividade agrícola da região era o plantio de algodão. Todos os municípios do Agreste, sem exceção, cultivavam o algodão herbáceo. Essa atividade além de gerar renda e ocupação da mão de obra familiar, fornecia a matéria prima para mais de 20 usinas de beneficiamento de algodão que existia na região do Agreste Setentrional de Pernambuco. Paralelamente, os

subprodutos do beneficiamento como o caroço, a torta e outros resíduos serviam para alimentar o gado bovino e era um dos componentes da matriz alimentar do rebanho leiteiro. (IPA, 2013).

O cultivo do algodoeiro na região sempre teve papel de grande relevância, mesmo sendo baixo o padrão tecnológico. Pois essa cultura era viável economicamente para o agricultor devido sua adaptabilidade às condições climáticas da região, assim como também, por ser um grande empregador de mão de obra, gerando emprego e renda sendo indispensável para o desenvolvimento da região.

Estima-se que no âmbito da agricultura familiar, com base em coeficientes técnicos dos sistemas de produção de algodão herbáceo, para cada 3 hectares plantados é ofertado um emprego direto. Verificando a suma importância dessa cultura na geração de emprego. (IPA, 2013).

Mesmo com toda sua importância econômica e social, a cultura do algodão, devido o advento da praga do bicudo, da baixa cotação de preços e demanda do produto no mercado internacional, houve por parte governamental a decisão de erradicar toda e qualquer plantação de algodão pela queima, efetuando indenização ao agricultor que cultivava algodão. O que levou a um declínio drástico na atividade algodoeira da região.

Vários problemas foram determinantes para inviabilizar a produção de algodão na região, o que ocasionou a crise dessa cultura. A infestação do bicudo (*Anthonomus grandis* Boheman), os preços subsidiados no mercado internacional, a abertura do mercado brasileiro (o governo facilitou a importação de fibras subsidiadas do exterior) e as atrativas condições de financiamento externo do produto.

Devido esses problemas no Agreste Setentrional, assim como em todo o Nordeste, a cadeia produtiva de algodão desencadeou uma drástica queda, inviabilizando o cultivo, ocasionando um desmantelamento na cadeia produtiva algodoeira. Onde o Brasil passou a ser de um dos maiores exportadores de algodão para ser importador dessa matéria prima.

A produção do algodão também interessava ao pecuarista, pois ficava com alimento para seu rebanho, onde soltava o gado nos restos da plantação (com isso obtinha o ruminante da alimentação de seu rebanho) e ainda ficava com o caroço do

algodão (que transformava numa torta que usava também como alimento para o gado). Portanto sem o algodão, a pecuária também sofreu, pois como a alimentação do rebanho era obtida dos restos da plantação e do caroço do algodão os proprietários passaram a ter que comprar alimentos no mercado, aumentando seus custos e prejudicando seus lucros.

O principal problema que fez ruir essa cultura foi à praga do bicudo, que nos anos 80 foi dizimando os algodoais. A Embrapa fez pesquisas e conseguiu uma semente que podia ser colhida antes que o bicudo pudesse completar seu ciclo vegetativo. Porém a abertura comercial no Brasil dos anos 90, associada ao regime do câmbio fixo que estimulava as importações, nos anos iniciais do Plano Real (1994 a 1999), inviabilizou a retomada do cultivo do algodão. Ficando mais barato importar algodão.

Com a crise instalada nos algodoais, a emigração para as grandes cidades foi inevitável sendo uma das principais consequências dessa crise. Porém a situação das famílias que só tinham o algodão como renda só não ficou pior porque houve a intervenção do governo com a chegada da transferência de renda via Política Social, programas sociais que beneficiavam aqueles em situação de pobreza e depois a transformação no programa “Bolsa Família”.

Entretanto a potência que era o Ouro Branco no agreste setentrional no passado sempre foi para muitos agricultores um sonho de retomada. Para incentivar a cultura do algodão no Agreste pernambucano o Governo do Estado lançou, em maio de 2011, o Programa de Restauração, Incentivo e Sustentabilidade da Cadeia Produtiva do Algodão, na comunidade Furnas, em Surubim.

O município de Surubim localiza-se a uma latitude 07°49'59" sul e a uma longitude 35°45'17" oeste, estando a uma altitude de 220 metros acima do nível do mar. Sua população de 58.515 habitantes segundo dados do IBGE. Possui uma área de 252,855 km². O clima do município é o tropical, do tipo As'. Porém, pode apresentar características do semiárido, por estar situado na transição entre dois biomas.¹

O verão de Surubim é quente e seco, com máximas podendo alcançar os 35°C, com mínimas entre 18°C e 22°C. O inverno é chuvoso, com mínimas entre 15°C e

¹ O município de Surubim foi a principio uma fazenda de criação de gado, depois, foram-se edificando casas, sendo emancipado, através da lei estadual nº 1.931, em 11 de setembro de 1928. A cidade tem este nome em homenagem ao boi Surubim que foi atacado e devorado por uma onça nas terras do fazendeiro Lourenço Ramos onde hoje se encontra o atual município.

19°C, e máximas entre 23°C e 28°C. Hoje a economia do município tem como maior parcela o setor de serviços, depois a indústria e por último a agricultura.

O município de Surubim, como mostra na Figura 2, está localizada no agreste Setentrional de Pernambuco, numa zona de transição entre a Zona da Mata e o Sertão Pernambucano. Em Surubim a cultura do algodão foi por muitos anos uma grande geradora de riquezas, muitas famílias viviam dessa cultura e chegaram a adquirir riquezas através do algodão.

O município de Surubim, como mostra na Figura 2, está localizada no agreste Setentrional de Pernambuco, numa zona de transição entre a Zona da Mata e o Sertão Pernambucano.

Figura 2: Mapa de Pernambuco com localização do Município de Surubim.



Fonte: Wikimedia Commons, 2010.

Em Surubim a cultura do algodão foi por muitos anos uma grande geradora de riquezas, muitas famílias viviam dessa cultura e chegaram a adquirir riquezas através do algodão. Essa cultura representa grande importância ao município, para demonstrar o quanto ela foi essencial para o desenvolvimento da cidade em seu escudo os ramos de milho e algodão foram estampados, representando a agricultura sendo eles as atividades básicas do município. Durante o apogeu do Ouro Branco existiam cinco usinas de beneficiamento de algodão no município que inclusive exportavam a lã para a Europa.

A “Usina Faria” (Figura 1, registro de 1978), do empresário Severino Farias era a maior de todas e chegou instalar uma fábrica de óleo de caroço de algodão. Na década de 1960. Eram muito intensas as atividades das usinas de beneficiamento de algodão. Quando a safra do algodão ultrapassava o esperado, os armazéns da usina ficavam abarrotados desse produto. Às vezes, a própria via pública tinha o seu espaço ocupado

pelos sacos de algodão que geralmente pesavam 60 Kg. Apesar de expostos, nada de grave acontecia. No período da safra, as moagens eram intensas e a movimentação nessas usinas de beneficiamento era interrupta. O dinheiro circulava na cidade, fruto dos negócios com a venda de algodão. (MEDEIROS, 1997).

Assim como em outras cidades do Agreste Setentrional de Pernambuco, em Surubim não havia organização, crédito, assistência técnica e garantia de preço. Os agricultores eram totalmente dependentes dos proprietários de usinas, que ditavam preços e mantinham os produtores sob seu controle, fornecendo caroço para plantio e adiantamento em dinheiro para a lavoura.

Em Surubim, assim como em outras cidades, a praga do Bicudo abateu-se sobre as lavouras de algodão em 1983 rapidamente.

A seca também inviabilizou que o Ouro Branco continuasse em alta, a irregularidade das chuvas e a necessidade de acessar mercados justos para comercialização do algodão dificultou a retomada ao cultivo para muitos agricultores.

Figura 3: Foto da Usina Surubim, em Surubim Pernambuco.



Fonte: Memória, 2011.

Alguns agricultores continuaram insistindo em plantar algodão mesmo sem ajuda política. Entretanto foi visto que se faz necessário a cooperação governamental devido a situação do algodão e as condições do semiárido, onde o produto é bem aceito neste clima uma das poucas culturas favoráveis, com possibilidade de exploração economicamente viável e ecologicamente sustentável, entrando assim o governo com seu papel de empresário ajudando a agricultura familiar a reaver essa cultura tão importante para região.

O Programa de Restauração, Incentivo e Sustentabilidade da Cadeia Produtiva do Algodão visa garantir preço mínimo para os produtores que plantam algodão em Pernambuco, fazendo com que toda a produção seja comercializada com o preço de mercado na época. O programa inclui a aração do terreno, por meio do Programa Terra Pronta, e a distribuição de sementes de algodão herbáceo que atenderá 16 municípios da região, entre eles estão Bom Jardim, Feira Nova, Limoeiro, Salgadinho, João Alfredo e Passira. O algodão que for processado nas duas miniusinas de beneficiamento localizadas em Surubim e Cumaru seria comprado por empresas filiadas ao Sindicato da Indústria Têxtil do Estado, segundo o supervisor regional do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Rijaílma de Oliveira.

O custo de produção é bem mais alto para a agricultura familiar do que para os grandes produtores, porém o preço alto do algodão no mercado internacional torna o produto rentável, economicamente viável.

Ações governamentais foram vistas como a solução para a retomada da cultura do algodão no Agreste de Pernambuco. Na comunidade de Furnas, localizada no município de Surubim, interior de Pernambuco. Localizada a 10 km do centro da cidade de Surubim, onde tem uma miniusina que faz o beneficiamento do algodão e foi implantada desde 2005, numa iniciativa do governo federal com organizações não governamentais. A miniusina recebe o algodão plantado de 15 agricultores de Furnas e de outros produtores das cidades de Santa Maria do Cambucá e Frei Miguelinho.

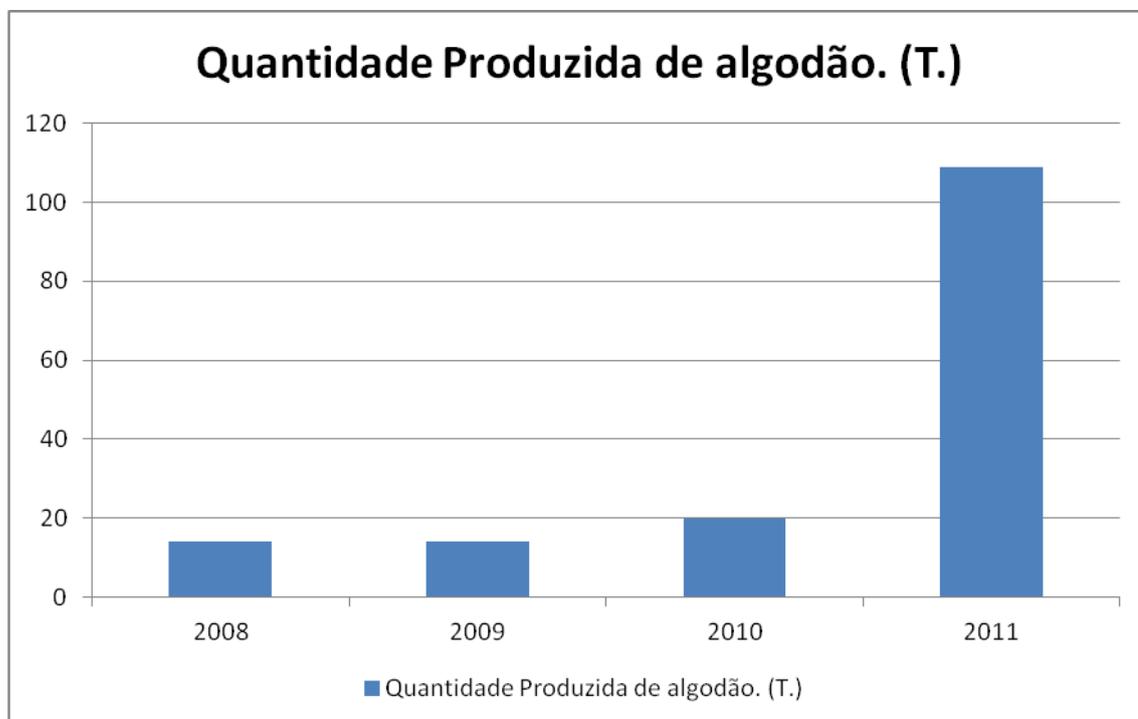
O algodão é uma commodity (produto que tem seu preço fixado em Bolsa) e, nesse caso, o preço alto estabelecido lá fora chegou aos pequenos agricultores do Agreste do Estado. O algodão é uma das matérias-primas usadas para fazer tecido e a sua semente é utilizada na produção de óleo, que serve para fazer alimentos e até biodiesel. O preço alto do algodão que está viabilizando a produção da agricultura

familiar, porque o custo para os agricultores é alto, devido a sua colheita ser manual e em pouca escala.

Surubim, no agreste de Pernambuco também houve o cultivo de algodão colorido e orgânico, em uma cooperativa formada por mulheres. Essa é a primeira vez que o Estado colhe esse tipo de algodão que, segundo o engenheiro agrônomo do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Marcelo da Motta Silveira, é mais estável e ecológico. “Além de serem orgânicos, quando é beneficiado na indústria, os algodões normais recebem produtos químicos que poluem mananciais”, explica. “Esse algodão daqui não precisa desse processo, o que representa um benefício para o meio ambiente”.

Após a implantação da miniusina na comunidade de Furnas, no município de Surubim, a retomada do cultivo do algodão foi otimista para os agricultores, pois eles poderão agregar valor no seu produto que antes era passado a vendedores por baixo valor, agora eles podem vender a pluma a um preço bem mais alto. Sendo assim a produção no município de Surubim e cidades vizinhas foram retomadas, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 5: Quantidade produzida de algodão em Surubim-PE de 2008 a 2011.



Fonte: IBGE, PAM. Elaboração própria.

Os agricultores aos poucos foram retomando o cultivo após a implantação da miniusina de beneficiamento de algodão na comunidade de Furnas. Com o apoio do Governo a produção foi aos poucos se retomando, apesar dos agricultores continuarem com dificuldades como a seca. A safra de 2011/2012 a última colhida na região, foi um sucesso por parte dos técnicos do IPA e para os agricultores, que tem a esperança da retomada de uma cultura que gerou muitos ganhos no passado e renda para toda a cidade.

Essa parceria entre o IPA e os agricultores é fundamental para essa retomada e o sucesso dos algodoads, pois o IPA fornece aos agricultores a semente geneticamente melhorada, aração do terreno e assistência técnica. Além de firmar apoio na comercialização buscando parcerias com indústrias têxteis. O algodão estando com seu preço em alta, e com sua venda garantida, os lucros com a safra produzida é garantido.

3.2. Entrevistas e Resultados

A metodologia pesquisa empírica qualitativa, a partir de dados primários coletados através de entrevistas junto a pequenos e médios produtores, empresários e representantes de instituição pública (IPA). O trabalho de campo foi realizado nos municípios de Frei Miguelinho e Surubim, no período de 01 a 15 de setembro de 2013. Pois é na comunidade de Furnas, pertencente ao município de Surubim, interior de Pernambuco, que está a miniusina de beneficiamento de algodão.

Localizada a 10 km do centro da cidade de Surubim, a comunidade de Furnas tem uma miniusina que faz o beneficiamento do algodão e foi implantada desde 2005, numa iniciativa do governo federal com organizações não governamentais. A miniusina recebe o algodão plantado de 15 agricultores de Furnas e de outros produtores das cidades de Santa Maria do Cambucá e Frei Miguelinho.

Na comunidade de Furnas o sistema de cultivo é o sistema de sequeiro, isto é, depende dos dias chuvosos para irrigar a plantação. Tanto o processo de semeadura como o da colheita é realizado a mão.

Foram entrevistados alguns agricultores da região e também donos de Usinas, onde foi aplicado o questionário (em anexo) para analisar os problemas e as potencialidades do cultivo do algodão desde o seu apogeu, a sua decadência e hoje sua retomada.

A Sra. Maria do Carmo, 60 anos, neta de produtor de algodão relata em entrevista que “Naquela época todos viviam com a renda do algodão, meu avô era agricultor e toda a família ajudava na colheita e armazenagem, após a venda íamos para feira livre de Surubim onde comprávamos alimentos, roupas... era uma época de fartura, todo mundo ganhava com a venda do algodão, porém com o tempo, a seca e o bicudo acabou com a lavoura e ficava cada vez mais difícil para minha família, pois o dinheiro era pouco”.

O Sr. Antônio Saraiva, 61 anos, relata que seu pai o Sr. José Saraiva de Medeiros (já falecido) era um grande agricultor de algodão no passado, plantava e comprava a produção de pequenos agricultores e vendia na Usina Farias em Surubim, que fazia o beneficiamento e depois exportava toda a produção. “Desde cedo trabalhei com me pai na plantação de algodão. Ele plantava 30 hectares de algodão, onde empregava em média 30 pessoas para trabalhar do plantio, limpando o terreno e raleando o algodão, até a colheita. Naquela época ajudava meu pai diariamente na lavoura de algodão. Para muitos era a única atividade remunerada disponível todo mundo tinha dinheiro para gastar nas festas de fim do ano, pois mesmo quem não plantava algodão trabalhava nas lavouras da região e até mesmo na venda do produto”.

Famílias inteiras trabalhavam nas lavouras, principalmente as mulheres em tempo de colheita. (Figura 4).

Figura 4: Mulheres na colheita do algodão em Surubim-



PE.

Fonte: IBGE, 1953.

Como se diz “a roda da economia gira” nessa região era o algodão que fazia a economia girar, pois o dinheiro da venda do algodão era o que aquecia o mercado local nas feiras livres das cidades.

Um dos depoimentos mais marcante foi o do Sr. Humberto da Mota Barbosa, 79 anos, ex- prefeito de Surubim. O mesmo era proprietário de uma das usinas de beneficiamento que mais recebia algodão na região, e também cultivava 30 hectares de uma de suas propriedades com algodão.

Segundo o Sr. Humberto, durante as décadas de 60 e 70, Surubim girava em torno dos algodoais. “Eram muitos empregos gerados nas lavouras e nas usinas. Na minha usina era feito o beneficiamento do algodão, que agregava valor ao produto, e também era produzido óleo extraído do seu caroço. Gerava em média 80 empregos diretos só na minha usina, sem contar nas outras quatro existentes no município de Surubim, como também os empregos indiretos, como os dos caminhoneiros que transportavam a pluma, entre outros.

A economia do município naquela época era decorrente do algodão. Entretanto devido a praga do Bicudo essa riqueza começou a cair, muitos perderam todas as suas

lavouras, a produção era baixa o que levou ao fechamento das usinas e a decadência do algodão na região”.

Hoje o Sr. Humberto Barbosa não cultiva mais algodão, porém em 2011 ainda tentou a retomada da cultura, onde plantou 30 hectares, mais não obteve êxito, pois o mesmo relata que não conseguiu controlar a praga do Bicudo, mesmo assim o pouco que rendeu em sua plantação, o mesmo afirma que, sentiu dificuldades em sua comercialização.

Dificuldade de comercialização foi umas das principais desmotivações para muitos agricultores a retomar suas lavouras. Todos os agricultores entrevistados relatam que o projeto de retomada da cultura contou com o apoio do IPA, no qual foi firmado acordo com a Sinditêxtil-PE para comprar toda a produção do município de Surubim. Entretanto não foi o que ocorreu. Após o beneficiamento do algodão, toneladas do produto ficaram estocadas, sem contato para ser vendido. Muitos agricultores recorreram aos intermediadores de outras cidades, no qual diminui a lucratividade, pois o preço da pluma é vendido muito mais baixo do que o preço de mercado.

A Sra. Marli Correia, 52 anos, presidente da Associação Beneficente dos Agricultores de Furnas, relata que em 2011 coordenou uma cooperativa de 30 mulheres da comunidade de Furnas, no qual, plantou cinco hectares de algodão colorido e orgânico. Todas trabalharam na plantação, com o apoio do IPA que forneceu a semente e assistência técnica, garantiram o sucesso da produção. Para a mesma houve dificuldades para conseguir o certificado de orgânico, pois demorou muito tempo a produção estocada aguardando um técnico, e também elas esbarraram com dificuldades na venda, a comercialização foi difícil, mais conseguiram um bom resultado. “A chegada dos equipamentos que beneficiam o algodão foi o que garantiu o nosso lucro, pois o preço da pluma após o beneficiamento é bem mais alto”, diz a Sra. Marli Correia.

O Sr. José da Silva Reis, 56 anos, relata: “A experiência desta última safra mostrou que o algodão dá lucro, principalmente se o produtor conseguir vender depois do beneficiamento”, diz o diretor da Associação Beneficente dos Agricultores de Furnas. “O algodão em rama (do jeito que é colhido) era vendido por R\$ 1,20 a R\$ 1,30 o quilo. Já o quilo da pluma (só a parte do algodão) está por R\$ 3,80 a R\$ 4 o quilo, e a semente é comercializada por R\$ 0,60 a R\$ 0,70 (também o quilo)”, resume José Reis.

O gerente regional do IPA de Surubim, Francisco Lopes Sobrinho, relata que o estado bancou as sementes e uma assistência técnica fornecida pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

Os agricultores de Surubim em geral em 2013, não plantaram algodão, pois durante os meses indicados para o corte da terra, abril e maio, não houve chuvas suficiente para suprir as necessidades da plantação. O único agricultor, segundo Francisco Lopes, que acreditou mesmo que tardio nas chuvas foi Hermógenes Timóteo.

Figura 5: Lavoura de algodão e miniusina de Beneficiamento em Surubim-PE.



Fonte: Elaboração própria, 2013.

O Sr. Hermógenes Timóteo, 63 anos, cultiva algodão desde 1982, mesmo com a infestação da praga do bicudo o mesmo continuou cultivando e efetuando experiências de melhoramento e controle das pragas em parceria com a Embrapa. Aos poucos o mesmo relata que conseguiu conviver e controlar a praga do Bicudo e obter sucesso em sua produção. Neste ano o agricultor plantou 17 hectares de algodão, e afirma que terá a maior produtividade já atingida em suas lavouras. Na última safra já obteve um lucro de 40%. “O lucro após o beneficiamento é muito bom, porque o algodão ganha valor. Os custos por hectare gira em torno de R\$1.000,00 mesmo assim, consigo ter lucro e já tenho comprador garantido, uma cooperativa de Rio Grande do Norte, que vem buscar toda minha produção, garantindo o sucesso”, diz o Sr. Hermógenes.

O mesmo acredita no sucesso da retomada do cultivo na região, mesmo que aos poucos, pois muitos produtores do passado hoje não trabalham mais no campo, o que também dificulta a oferta de mão de obra pra trabalhar principalmente na colheita que demanda muitas pessoas. Para ele os principais problemas para a retomada dessa cultura é a falta de mão de obra e para alguns a comercialização, pois os produtores que já não tem acordo garantido de venda ao fim da colheita tem que vender a intermediadores, o que diminui o valor do produto.

Após aplicação do questionário (em anexo), foram apurados os seguintes resultados do questionário aplicado a dez agricultores dos municípios de Surubim e Frei Miguelinho.

Tabela 1: Gênero dos agricultores entrevistados.

GÊNERO	Resp.	(%)
Masculino	8	80
Feminino	2	20
TOTAL	10	100

Fonte: Dados do questionário aplicado

Dos dez agricultores entrevistados a maioria é homem, porém um fato importante registrado na pesquisa é que existe na comunidade de Furnas uma cooperativa de mulheres que trabalham juntas no plantio de algodão colorido e orgânico.

Tabela 2: Renda Familiar dos agricultores entrevistados.

RENDA FAMILIAR	Resp.	(%)
R\$ 678,00 até 1.000,00	8	80
R\$ 1.000,00 até 3.000,00	1	5
R\$ 3.000,00 acima	1	5
TOTAL	10	100

Fonte: Dados do questionário aplicado

A maior concentração de renda encontra-se na faixa de R\$678,00 até R\$ 1.000,00, o que nos deixa claro que é uma população que está com situação financeira

de baixo padrão de consumo. Tendo em vista que muitos dos entrevistados vivem da agricultura ou de aposentaria.

Como também, há pessoas com renda acima de R\$1.000,00, o que mostra que sua renda não depende só da agricultura, mais como também de outros trabalhos.

Tabela 3: Renda dos agricultores entrevistados composta apenas dos ganhos providos do algodão.

RENDA FAMILIAR COMPOSTA SÓ PELO ALGODÃO	Resp.	(%)
Sim	0	0
Não	10	100
TOTAL	10	100

Fonte: Dados do questionário aplicado

Hoje não é mais possível viver do algodão como no passado, devido a várias dificuldades já citadas. Então todos os agricultores entrevistados declararam que não dependem do algodão pra sobreviver. Alguns foram em busca de emprego nos grandes centros urbanos.

Tabela 4: Área plantada dos agricultores entrevistados destinada (No último plantio) ao algodão.

ÁREA PLANTADA DE ALGODÃO (Hectares)	Resp.	(%)
1 a 5	7	70
5 a 15	1	10
15 a 30	1	10
Acima de 30	1	10
TOTAL	10	100

Fonte: Dados do questionário aplicado

No passado a área destinada ao cultivo do algodão foi bem maior do que hoje. Porém devido o incentivo do governo do Estado com a instalação da miniusina de beneficiamento de algodão, a maioria dos agricultores destinaram no máximo 5 hectares para o cultivo do algodão, representando 70% do total dos entrevistados. Tendo um agricultor com maior posse que acreditou na retomada dessa cultura e destinou 40 hectares de sua propriedade para plantar algodão.

Este ano apenas um agricultor destinou- se a plantar algodão. Devido à falta de chuvas na região. Muitos agricultores não acreditaram no sucesso de suas lavouras.

Tabela 5: Número de funcionários empregados no plantio de algodão diariamente.

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	Resp.	(%)
5	6	60
15	1	10
20	1	10
Acima de 20	2	20
TOTAL	10	100

Fonte: Dados do questionário aplicado

Diariamente no plantio, manejo, colheita e nas usinas de beneficiamento se empregava muita gente. Em média cinco pessoas na maioria das lavouras por dia. Em maiores algodoais 30 pessoas trabalhavam todo dia, assim como também nas usinas de beneficiamento. Porém essa lavoura por ser de duração longa havia uma alta rotatividade. Como relata o agricultor Hermógenes Timóteo, do plantio até a colheita no total emprega uma média 120 pessoas.

Tabela 6: Número de familiares que trabalham (trabalhavam) no plantio de algodão diariamente.

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS FAMILIAR	Resp.	(%)
0	2	20
1 a 3	8	80
TOTAL	10	100

Fonte: Dados do questionário aplicado

A participação dos familiares nas lavouras é bem representativa, ficando com 80% do total dos entrevistados. Na maioria a esposa e um filho trabalham na lavoura da família, o que diminui os custos com mão de obra.

Apenas dois dos entrevistados informaram não haver participação dos familiares em sua lavoura, pois os mesmos preferem que os filhos vá buscar estudo e emprego em outras cidades, se deslocando do campo.

A agricultura familiar é muito importante e presente no nosso país. Sendo ela grande geradora de empregos. O trabalho é realizado em sua maioria pelos componentes da família dos produtores o que diminui os custos da produção.

Tabela 7: Principais dificuldades encontradas para a produção de algodão no Agreste de Pernambuco pelos agricultores entrevistados.

Dificuldades para cultivar algodão	Resp.	(%)
Falta de incentivo	1	10
Manejo de pragas	10	100
Manejo (plantio e capina)	3	30
Certificado de áreas (orgânico)	0	0
Falta de Assistência Técnica	1	10
Falta de Capital de Giro	1	10
Comercialização	9	90
Falta de Equipamentos	7	70
Seca	8	80

Fonte: Dados do questionário aplicado

A principal dificuldade para plantar algodão no Agreste de Pernambuco para os 10 agricultores entrevistados é o manejo com as pragas (o Bicudo), assim como também a comercialização onde 90% dos produtores afirmaram não conseguir compradores para seu produto, pois o acordo firmado com o Governo não foi cumprido, tendo muitos que vender para intermediadores, o que baixa o valor do produto, diminuindo o lucro.

Outra dificuldade citada por muitos foi a seca, no qual, neste ano apenas um agricultor da região cultivou algodão. As chuvas na região foram relativamente baixas para acreditar no sucesso de uma boa safra. Também foi apontado como dificuldade o manejo da lavoura devido a falta de mão de obra local. E também bastante representativo a falta de equipamentos, devido à região não dispor de tecnologia, onde o cultivo do algodão é manual o que dificulta a produção em escala.

Tabela 8: Faz (fez) uso de benefício oferecido pelo governo

Benefício oferecido pelo governo	Resp.	(%)
Sim	10	100
Não	0	0
TOTAL	10	100

Fonte: Dados do questionário aplicado

Todos os agricultores entrevistados se beneficiaram de incentivos oferecidos pelo governo, sendo o principal a distribuição de sementes e assistência técnica. O IPA

forneceu os seguintes incentivos: Preparo do solo, sementes selecionadas, comercialização da pluma, através de busca de parcerias com empresas privadas e a orientação técnica, ajudando principalmente nos controles das pragas como o Bicudo.

Tabela 9: Faz (fez) consórcio com outras culturas

CONSÓRCIO COM OUTRAS CULTURAS	Resp.	(%)
Sim	8	80
Não	2	20
TOTAL	10	100

Fonte: Dados do questionário aplicado

O cultivo do algodão dá espaço para o agricultor plantar outras lavouras de subsistência como o milho e feijão. Tendo 80% do total dos entrevistados afirmado que plantam outras culturas em sua propriedade. Apenas 2 agricultores afirma que não costumam plantar junto com o algodão outra cultura.

A retomada da cultura do algodão no Agreste de Pernambuco foi de suma importância para muitas famílias, pois gerou emprego e renda para a região. Apesar das dificuldades enfrentadas a parceria com o Governo e instituições está garantindo aos poucos o sucesso à retomada dos algoduais. Para muitos agricultores ainda há muito a ser feito pela região, pois desde que as usinas foram desativadas após a praga do Bicudo, a comercialização fica dificultada, passando a produção a intermediadores os que diminuem o lucro para o produtor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O término dessa pesquisa permitiu uma visão mais ampla da importância econômica e social que o algodão foi para o Agreste Setentrional de Pernambuco.

Durante as décadas de 60, 70 o Agreste se desenvolveu a partir das riquezas provindas do “Ouro Branco”. Muitas famílias cultivavam algodão, gerando empregos e renda para população local. Assim como o comércio das cidades que lucravam muito com os ganhos provindos das safras de algodão.

Em suma, o algodão melhora o padrão de vida da população, no passado gerou riquezas para alguns e renda para muitos, durante longos anos. Entretanto devida a chegada da praga do Bicudo, em 1983, que logo se alastrou pelos algodoais da região, essa cultura entrou em decadência. Muitos produtores perderam toda a lavoura e como não tinham conhecimento de como controlar a praga deixaram de cultivar e foram para grandes centros urbanos em busca de emprego. O que ocasionou uma queda na produtividade da região durante muito tempo, além de um déficit na economia local.

Após várias tentativas de retomada dessa cultura tão importante para região, o Governo lançou em 2005, o Programa de Restauração, Incentivo e Sustentabilidade da Cadeia Produtiva do Algodão, numa iniciativa do governo Federal com organizações não governamentais. A miniusina da comunidade de Furnas, situada no município de Surubim, recebe o algodão plantado de 15 agricultores de Furnas e de outros produtores das cidades de Santa Maria do Cambucá e Frei Miguelinho. Essa retomada para muitas famílias foi a esperança de emprego e renda. O sonho de retomada de uma cultura tão importante para região do semiárido nordestino.

Após a implantação da miniusina na comunidade de Furnas, a retomada do cultivo do algodão foi vista com bons olhos pelos agricultores, pois eles agregam valor no seu produto, após o beneficiamento, que antes era passado a vendedores por baixo valor, agora eles podem vender a pluma a um preço bem mais alto.

O IPA (Instituto de Pesquisas Agropecuária) fornece aos agricultores a semente geneticamente melhorada, aração do terreno e assistência técnica. Dando total suporte para garantir o sucesso da safra.

Após concluir pesquisa de campo no município de Surubim e Frei Miguelinho, onde foram entrevistados 10 agricultores dos 15 registrados na cooperativa, foi possível concluir que o algodão foi no passado a maior riqueza da região que gerou muita prosperidade. A principal causa da crise dessa cultura foi a praga do Bicudo, que veio a inviabilizar a produção. Com a retomada, após a implantação da miniusina, muitas famílias voltaram a sonhar com essa riqueza, porém devido a varias dificuldades enfrentadas pelos agricultores funciona como um entrave. Aos pouco, porém com a última safra bem representada para região, os produtores visam safras maiores com lucros maiores. A partir dos relatos dos agricultores entrevistados, a retomada da cultura do algodão no Agreste Setentrional estar longe de se atingir o desejado, pois são muitas as dificuldades enfrentadas, no qual necessita de políticas públicas eficazes para suprir as necessidades dos produtores locais.

Para muitos produtores ainda há muito a ser feito para que eles possam conquistar safras maiores e voltar a ser uma região algodoeira. Sendo os principais problemas citados pelos produtores: a) Falta de orientação; b) dificuldade no controle das pragas; c) falta de mão de obra para manejo e colheita; d) e o mais importante acordos comerciais para demandar o produto. Em muitos relatos, a falta de compradores foi impactante, tendo que vender a produção para intermediador o que diminui o preço e conseqüentemente o lucro.

Em 2011, a safra apurada na região foi bastante relevante, garantindo o sucesso do programa, porém este ano muitos produtores não plantaram algodão devido à falta de chuvas na região durante os meses de abril e maio. Só um agricultor acreditou mesmo que tardio que poderia plantar e hoje sua plantação promete uma excelente safra.

É de suma importância o Governo continuar a incentivar essas famílias a retomar o cultivo do algodão. Porém ainda se faz necessário mais apoio a essas pessoas, como liberação de crédito, e principalmente apoio na comercialização, garantindo compradores para a produção da região, e conseqüentemente, gerando desenvolvimento e aumento de bem-estar a todos os agentes envolvidos.

BIBLIOGRAFIA

ABRAPA. A Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, 1999. O algodão no Brasil. Disponível em: <http://www.abrapa.com.br/estatisticas/Paginas/Algodao-no-Brasil.aspx>. Acessado em: 10 de agosto de 2013

ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

ANDRADE, S. R.s P. **Agreste Setentrional**. Disponível em <http://www.biuvicente.com/professor/?m=200806>, acessado em 10 de agosto de 2013.

BARBOSA, G. S. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.

CONDEPE, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **BDE – Base de dados do Estado**. Disponível em: <http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>. Acessado em 15 de agosto de 2013.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2a ed. Tradução de *Our common future*. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, S. R.; BUENO, M. G. **A saga do algodão**: das primeiras lavouras à ação na OMC. Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004.

GALVÃO, O. J. A. **A economia de Pernambuco: da longa estagnação a um novo ciclo de crescimento sustentado**. I ENCONTRO PERNAMBUCANO DE ECONOMIA. I encon de economia, ENPECON. Recife - Pernambuco, 2012.

GONÇALVES, J. S.; RAMOS, S. F. **Da origem à hegemonia e crise do algodão meridional brasileiro no século xx**. Informações Econômicas, v. 38, n.2, p.25-41, 2008.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. PIB de Pernambuco apresenta crescimento superior ao do Brasil. **Notícia publicada em 11 de março de 2013**. Disponível em: http://www2.seplag.pe.gov.br/web/seplag/exibir_noticia?groupId=18576&articleId=6123017&templateId=19257. Acessado em 02 de maio de 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAM – Produção Agrícola Municipal, culturas temporárias e permanentes**. Rio de Janeiro, v. 3 ao v. 37, 1973 a 2011.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Algodão volta a ser rentável para produtores pernambucanos**. Recife, n. 25922, 18 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/pernambuco/noticia/2011/12/18/algoda-o-volta-a-ser-rentavel-para-produtores-pernambucanos-25922.php>> Acessado em 02 de maio de 2013.

JUNIOR, J. R. **A economia algodoeira em Pernambuco**. Revista brasileira de História, São Paulo, 1, 2: 235, setembro 1981.

MEDEIROS, L. A. **Surubim: a história de todos os tempos**. 3ª edição revisada e atualizada. Surubim-PE, 2007.

MELO, M. L. **Os Agrestes: estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-picultura de uso de recursos**. Ministério do Interior, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Superintendência Adjunta de Planejamento, Coordenação de Planejamento Regional, Divisão de Política Espacial. Série Brasil, SUDENE, Estudos regionais; vol. 4, 1980.

MEMÓRIA, **Minha rua tem memória (2011) "Usina 1978"**, disponível em <http://minharuatemmemoria.ning.com/photo/usina-1978?context=latest>, acessado em 16 de junho de 2013.

SILVA, L. P. **Transformações recentes na agropecuária nordestina - a situação do Agreste de Pernambuco.** XIX encontro nacional de geografia agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-26.

SANTOS, I. C. S., JÚNIOR, J. S. A. W., SANTOS, F. N., et al. **BENEFICIAMENTO DE ALGODÃO ORGÂNICO NO AGRESTE PARAIBANO.** VII Congresso Brasileiro do Algodão, Foz do Iguaçu, PR – 2009.

SOUZA, F. C. M. M. **Origem e Evolução da Indústria Têxtil em Pernambuco-(1940-1990).** 1999.55p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco.

SPITZ, A. R.; PEITER, G. M. C.; CARMONA, M. R. **COEP e o desenvolvimento comunitário: projetos de referência para replicação.** XVI Fórum Nacional Economia do Conhecimento, Crescimento Sustentado e Inclusão Social Rio de Janeiro, maio de 2004.

Entrevista:

IPA, Instituto Agrônomo de Pernambuco. Secretária de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco. 2013. Surubim, Pernambuco.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

Universidade Federal de Pernambuco- UFPE
Centro Acadêmico do Agreste-CAA
Núcleo de Gestão - Ciências Econômicas



Questionário aplicado a pequenos e médios produtores de algodão do Agreste Setentrional de Pernambuco.

1 Qual a data de nascimento do Sr.(a): _____

2 Qual o Estado Civil do Sr.(a):

(1) solteira (2) casada (3) divorciado (4) desquitado (5) juntado

3 Gênero do Sr.(a):

(1) Feminino (2) Masculino

4 Qual a renda mensal do Sr.(a):

(1) Não tenho renda (2) até 678,00 (3) 678,00 até 1000,00

(4) 1000,00 a 3000,00 (5) 3000,00 a 5000,00 (6) acima de 5000,00

5 Sua renda familiar é composta apenas dos ganhos provindos do algodão:

(1) Sim (2) Não Se não, qual: _____

6 Quantos hectares o Sr. Destina (destinava) ao plantio de algodão: _____

7 Quantos funcionários o Sr. Emprega (empregava) na sua lavoura de algodão:

(1) 5 (2) 10 (3) 15 (4) 25 (5) 35 (6) mais de 35 _____

8 Quantas pessoas de sua família trabalham (trabalhou) em sua lavoura: _____

9 O Sr. Cultiva algodão desde que ano: _____

10 Quais as principais dificuldades encontradas para a produção de algodão no Agreste de PE:

- | | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------|
| (1) Falta de incentivo; | (5) Falta de Assistência técnica; | (8) falta de equipamentos. |
| (2) Manejo de pragas; | (6) Falta de capital de giro; | Outras: _____ |
| (3) Manejo (plantio e capina); | (7) comercialização; | _____ |
| (4) Certificação de áreas (orgânico); | | _____ |

11 Em sua lavoura faz (fez) uso de algum benefício oferecido pelo governo.

(1) Sim (2) Não Qual: _____

12 Em sua lavoura é utilizado o consórcio com outras culturas:

(1) Sim (2) Não Qual: _____